



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO V - Nº 62 - 1ª Quinzena de dezembro de 1993 - CR\$ 80,00 - Solidário: CR\$ 100,00

O Plano FHC2 tem uma fórmula simples: arrocho salarial e aumento de impostos.

É preciso organizar uma campanha nacional de lutas para enfrentar o aumento da opressão nacional e social.

A corrupção atinge todas as instituições da burguesia.

Convoquemos os Tribunais Populares para julgar de verdade

O avanço da crise na Alemanha mostra a decadência capitalista

Vila Socialista: 3 anos de luta.

Em defesa da ocupação com resistência!

Mais um plano antinacional e antipopular

O plano lançado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso tem dois eixos principais: o aumento de impostos e a redução dos salários.

O Ministro da Fazenda afirma que a inflação brasileira, estabilizada ao redor dos 35% ao mês, poderá ser reduzida gradativamente. O instrumento para fazer isso é a criação de uma nova unidade de referência de preços (URV), baseada no dólar, que serve como base para cálculo de reajustes em cruzeiros reais. Essa unidade não expressa a inflação do mês passado, e sim a inflação estimada pelo governo do mês corrente, fixada a partir da variação do dólar.

Inicialmente, essa unidade será usada apenas para salários e pelo governo (para fixar o rendimento da poupança etc.), isto depois de cumprida as etapas do chamado reajuste fiscal (aumento de impostos e cortes no Orçamento público). As empresas que quiserem poderão adotá-lo voluntariamente. Os salários serão fixados em URV pela média dos últimos meses, o que os fixará em pouco mais de 80% do seu valor de dissídio. Está claro que mais uma vez um Plano confisca parte do salário já arrojado. Os pequenos poupadores da classe média também seriam atingidos pelas medidas.

O objetivo da medida é fazer com que os preços e salários tenham como referência

a nova unidade, que depois será transformada em moeda nova. A diferença entre preços e salários perante o novo Plano é que os primeiros estão reajustados livremente, muitos produtos acima da inflação, os segundos serão expurgados em mais de 20%. Com os salários reduzidos, causando recessão, e os preços alinhados, o governo espera segurar a inflação.

O outro aspecto do plano é o aumento de impostos, que como sabemos sempre recaem sobre os assalariados. Naquilo que o governo pode mexer diretamente, vai elevar em 5% os índices. Pretende também aprovar na Revisão Constitucional o corte no repasse de impostos aos estados e municípios, num índice de 15%, e a extinção da estabilidade do funcionalismo para demitir livremente. Dessa forma, Fernando Henrique espera acabar com o déficit nas contas do governo para 1994. A eliminação do déficit é uma exigência do FMI para que o Estado continue a pagar a pesada dívida externa e interna. Logo vemos, que o Plano antiinflacionário do governo objetiva proteger o grande capital financeiro nacional e imperialista. Por isso, o Plano não tem uma medida sequer que atinja os interesses dos banqueiros e grandes aplicadores (agiotas). Eis porque trata-se de medidas recessivas e de arrocho; são antinacionais e antipopulares.

No que se refere à contenção dos 15% do repasse das verbas para os estados e municípios, as conseqüências serão a falência financeira e aumento da crise social. Por outro lado, a redução do poder de compra das massas aumentará a depressão da economia, ampliando o insuportável desemprego e aprofundará a miséria da população.

Mais uma vez o governo burguês procura ludibriar os trabalhadores com o argumento de que reduzindo a inflação os salários serão melhorados e haverá uma recuperação econômica sustentável. Ou seja, de crescimento das forças produtivas por longo período. A verdade é que um Plano voltado para pagar os fabulosos juros da dívida interna e externa, ao contrário de resolver a crise econômica, a aprofundará.

O conteúdo recessivo e protetor do parasitismo do capital financeiro indi-

ca que o governo Itamar segue a orientação do imperialismo de destruir parte das forças produtivas, pela via do rebaixamento salarial, dos cortes nas aplicações públicas, demissão em massa dos funcionários públicos e aumento do intervencionismo do capital estrangeiro na economia nacional. Tal conteúdo expressa a crise geral do capitalismo. Por isso tais medidas estão sendo impostas no mundo inteiro sob o tacão do capital financeiro.

Um dos fatores essenciais da crise brasileira é o estrangulamento do mercado mundial, ou seja a crise capitalista mundial. O capitalismo não consegue fazer crescer a produção quando, no atual estágio da ciência e da tecnologia, nunca foram dadas tantas possibilidades para fazê-lo. É a contradição fundamental do capitalismo, que hoje atinge seu ponto mais crítico: a contradição entre o elevado nível alcançado pelas forças produtivas (trabalho e tecnologia) e apropriação privada dos meios de produção (exploração do trabalho e acumulação de capital). É o que obriga o capital internacional a agir destruindo parte das forças produtivas para reconcentrar mercado e capital nas mãos dos grupos mais poderosos e manter seus lucros.

Para países como o Brasil, o imperialismo pretende que abram seus mercados ao mesmo tempo em que continuam pagando a dívida externa. Está aí porque o resultado do Plano de Fernando Henrique Cardoso é o agravamento da recessão generalizada, a quebra de setores produtivos inteiros e a manutenção da falência financeira do Estado.

Combater nas ruas o Plano reacionário

Os reformistas do PT, seus aliados e a burocracia sindical já demonstraram que não mexerão uma palha para organizar a luta dos trabalhadores contra essa ofensiva capitalista. Limitar-se-ão às dificuldades do governo de convencer o parlamento corrupto a aprovar integralmente as medidas. O Sr. Brizola do PDT, considerado do campo progressista pelo PCdoB, se mostra disposto a colaborar para o êxito

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970

Nacional



do Plano. O direitista Medeiros da Força Sindical se colocou ao lado do Ministro da Fazenda. Lula critica o fato do Plano não atingir os interesses dos banqueiros, mas está aberto à discussão. Na verdade, já colaboram para solucionar o conflito no Congresso Nacional.

Sem uma resposta imediata da CUT e dos sindicatos, chamando os assalariados a combaterem o Plano nas ruas, o governo acabará impondo mais desemprego, arrocho e carestia. Porém a burocracia direitista da Força Sindical joga a favor do Plano e a burocracia reformista da CUT, subordinada ao PT, está inclinada a sustentar o governo em crise, para não aprofundar a crise de governabilidade e a instabilidade do regime político. O objetivo dos reformistas é assegurar um pleito eleitoral tranqüilo, contornando o máximo os choques interburgueses no aparelho do Estado. Jogam assim o papel de intermediários na divisão da burguesia e desta com as massas exploradas. Devido a esta posição social do reformismo, sua conduta perante o Plano antipopular e antinacional é de aparar os seus

aspectos mais contundentes, através das negociações parlamentares.

A denúncia desta colaboração e exigência que a CUT rompa com o apoio direto ou indireto ao governo burguês é parte da tática de defesa da organização do movimento de massa contra o Plano e a corrupção que impera no país. A vanguarda operária e a militância têm o dever de *organizar uma frente única de defesa de uma campanha nacional de luta contra o Plano neoliberal e a farsa da apuração da CPI*. Exigimos que o PSTU abandone seu seguidismo eleitoral ao PT e sua tática oportunista de criticar e elogiar os reformistas, colocando-se na defesa das reivindicações das massas e da luta direta contra o governo.

Os trabalhadores têm sido sacrificados constantemente por planos mirabolantes. Não têm podido reagir devido ao amordaçamento da CUT e dos sindicatos. Mais uma vez, estamos diante da necessidade de reagir ao ataque capitalista. Trata-se de sair em defesa do salário mínimo real (105 mil cruzeiros reais), reposição de todas as perdas, reajustes

automáticos de acordo com a inflação presente, fim das demissões, readmissão de todos os trabalhadores desempregados, redução da jornada (sem redução de salário) para que todos trabalhem, moradia, saúde, educação e terra aos camponeses pobres. Ligadas a esta plataforma de luta, estão as bandeiras de fim das desestatizações, reestatização sob o controle dos operários da produção, expulsão do imperialismo, confisco dos latifundiários e grande capital e o não pagamento da dívida externa. Trata-se de organizar um movimento antiimperialista e anticapitalista como resposta a mais um Plano neoliberal, tendo por estratégia o governo operário e camponês (revolução e ditadura proletárias).

NACIONAL

O poder da corrupção

A revelação do senador Bisol de que as grandes empreiteiras se constituem numa espécie de governo paralelo e de que os documentos apreendidos na Odebrecht comprometem mais de 100 deputados com o escândalo da Comissão de Orçamento ampliou a crise do regime político. O próprio relator da CPI, Roberto Magalhães, foi arrolado como beneficiário do esquema de corrupção. O problema está em que os 100 deputados aludidos por Bisol, na verdade, se constituem em apenas numa parte da quadrilha que saqueia os recursos do Estado e em troca favorecem as negociações dos grandes grupos econômicos.

O vínculo da Comissão de Orçamento com as empreiteiras demonstra a relação entre eleições, funcionamento do Parlamento e poder econômico. Está evidente o trajeto da corrupção. Primeiro, os partidos e seus candidatos são financiados para realizarem as milionárias campanhas eleitorais. Depois, no Parlamento, prestam serviços aos seus padrinhos. As leis votadas são decididas antecipadamente pelo poder econômico mais forte. É claro que tudo isso implica em negociações de interesses.

No transcorrer dos favorecimentos, uma parcela grande dos parlamentares recebem "comissões", que simplesmente os enriquecem da noite para o dia. Mas isso não significa que aqueles que não se envolvem diretamente com a "caixinhas" estejam fora da corrupção. Ocorre que participam dos partidos que recebem o financiamento para as eleições. Todos eles sabem da existência do compromisso entre o partido, as candidaturas, a

legislatura e o poder econômico. Está aí porque, a cada mexida na CPI, se revela mais um liame desta rede infindável que perpassa toda a política e o Estado burgueses.

A corrupção é inerente ao capitalismo, em todas as suas esferas, mas atinge particularmente o Estado pelo fato deste ter por função sustentar as negociações dos capitalistas e a escravidão das massas. Os reformistas, como o PT, PCdoB, PCB etc., se aproveitam desse fato para fazer carreira política, alimentando a ilusão na possibilidade de uma reforma estatal, que moralize o sistema econômico e político da burguesia. Por essa razão, também não podem ir muito longe com sua bandeira de "honestidade e ética".

Nem bem Bisol (PSB) e Mercadante (PT) anunciaram o escândalo da Odebrecht correram para o gabinete dos generais com medo da repercussão dos novos fatos. Isto porque nem tudo eles revelaram, como por exemplo o vínculo do cartel das empreiteiras com o executivo. O próprio presidente Itamar está sem dúvida envolvido no jogo gansteril. Agora, o ex-presidente Collor tira da manga o seu trunfo e denuncia Itamar, seu ex-vice-presidente, como receptor de dinheiro para campanha eleitoral.

O PT não escapa ileso do fogo cruzado. Os adversários políticos denunciavam a troca de favores do governo democrático e popular de Erundina com a empresa Nutrícia. E a CPI da CUT objetiva mostrar a utilização do dinheiro "doador" pela socialdemocracia internacional e aquele surrupiado dos sindicatos para o financiamento

de candidatos petistas. A burguesia mata dois coelhos com uma só paulada: mancha a bandeira de honestidade eleitoral do reformismo e desmoraliza a CUT perante as massas.

A tática dos vários grupos envolvidos com a corrupção é a de mostrar o compromisso de todos para se limitar o campo da punição. Isto prova que a CPI e o Parlamento não podem punir e erradicar a corrupção porque são instrumentos do poder econômico. O reformismo moralista não passa de hipócrita eleitoral, cuja função é de desviar a atenção das massas e bloquear a luta direta contra o Estado capitalista opressor.

O que todos temem é que os explorados se libertem das mentiras da democracia burguesa e se lancem à luta revolucionária, tendo por alavanca suas reivindicações vitais, que se chocam com a exploração e com a vasta imoralidade do poder capitalista.



Abre-se uma crise no PT

O Diretório Nacional do PT votou uma resolução proibindo sua bancada parlamentar de participar com projetos na Revisão Constitucional. Esta proibição se deu devido ao adiantado compromisso dos parlamentares petistas com os partidos burgueses de apresentar propostas de reformulação da Constituição.

Tal conduta contrariava os pronunciamentos das principais lideranças de que não havia legitimidade frente a tamanha corrupção, envolvendo uma centena de deputados. A decisão do Diretório Nacional provocou inicialmente um racha na bancada petista. O deputado João Paulo (MG) logo declarou que não acataria a resolução. Outros deputados disseram que iriam apresentar suas emendas constitucionais através de outros partidos, uma clara conduta de fraude

da proibição. Finalmente, a bancada resolveu não levar adiante a ruptura com a direção nacional do partido e aprovou uma moção de crítica a ser enviada aos filiados. Esta mudança de posição de uma parcela da bancada ocorreu num quadro em que Lula admite que o PT participe na Revisão Constitucional, mediante um acordo com os demais partidos de adiá-la para depois da conclusão da CPI do Orçamento.

Está evidente que a divergência não está entre duas posições antagônicas: uma a favor da atuação na Revisão e outra pelo boicote e denúncia. Toda questão se resume no fato de que o partido perderia seu principal argumento eleitoral, que é o da luta contra a corrupção, caso admitisse a Revisão com a participação dos parlamentares sob denúncia.

Uma proibição definitiva de toda e qualquer participação no processo Revisão levaria inevitavelmente a um racha no partido. Como não poderia deixar de ser os parlamentares são os que mais expressam a integração do PT no Estado burguês, uma vez que atuam no seu interior e assumem todo tipo de vínculo com os partidos da burguesia. A revolta

de João Paulo e Companhia indica a que ponto os parlamentares se constituíram numa camarilha independente e que, em última instância, decide sobre o partido.

Sem dúvida, caso o PMDB, PSDB, etc concordem em adiar a Reforma para depois da CPI da corrupção, o PT mergulhará na Revisão, que tanto criticou. Esta crise nos mostra um dos aspectos do conteúdo da política burguesa do reformismo. Em sua atuação parlamentar o máximo que pode fazer é exercer uma oposição circunstancial e limitada, mas de forma alguma pode negar as decisões majoritárias dos partidos da burguesia.

Está aí uma das explicações do porquê o PT é incapaz de convocar as massas a lutar nas ruas contra os ataques antipopulares e antinacionais da Revisão. O compromisso com o parlamento burguês está em contradição com a necessidade dos explorados e com seu método de luta de classes. A base militante deve tirar todas as lições desta crise, rechaçar o reformismo e se colocar pela construção do Partido Operário Revolucionário, que tem por estratégia programática a revolução e ditadura proletárias.

PSTU: um partido de filiação

O PSTU lançou uma campanha de filiação por todo o país. Diz: "Deve ser uma campanha porque deve romper com a forma atual de trazer novos companheiros ao PSTU. É uma nova etapa da construção do partido, um esforço concentrado que requer iniciativas ousadas para obter resultados também ousados" (Jornal do PSTU-nº 4).

Com isso também expõe a sua forma de organização. Propõe-se a funcionar sob a base de núcleos. Explica: "Estes núcleos têm como meta tornar mais permanente a relação com aqueles que concordam com as bandeiras de luta levantadas pelo PSTU e querem se engajar nas ações propostas pelo partido" (Jornal do PSTU-nº5).

Qual é a condição para se filiar no PSTU? Basta que se coloque a favor das bandeiras conjunturais, como eleições gerais, confisco dos bens de todos os corruptos, defesa da candidatura de Lula baseada nos trabalhadores e pela bandeira do governo dos trabalhadores. É claro que não poderia deixar de se referir à genérica luta pelo fim do capitalismo e pelo socialismo.

Como vemos, o método da filiação e a forma de nucleação reproduz a estrutura originária do PT. O sonho da Convergência Socialista (CS) é organizar um PT à esquerda. Está procurando concretizar a bandeira de "volta às origens". Eis porque não se trata de um partido operário revolucionário, que para tal se estrutura em torno do programa da revolução socialista, cuja estratégia é a ditadura proletária.

O PSTU não é um partido marxista-leninista-trotsquista. Ao contrário, é sua negação. Trata-se de um partido pequeno-burguês centrista, que não exige da militância que nele ingressa concordância com os princípios marxistas da revolução proletária. Basta concordar com algumas bandeiras conjunturais e com a indefinida estratégia de governo dos trabalha-

dores para logo se nuclear. O método de captação através de filiação se aproxima dos partidos patronais e preenche uma exigência legal para sua regulamentação pelo Estado burguês.

O PSTU se fundou através de uma fusão de correntes de procedências distintas. A CS que se diz trotsquista e defensora do Programa de Transição da IV Internacional se constituiu na coluna vertebral de tal fusão, sem que estabelecesse critérios críticos e auto-críticos. Por isso, o PSTU não está demarcado pelos limites da doutrina marxista e da estratégia da revolução proletária, estalecida pelo Programa de Transição.

O partido de filiação e nucleação se contrapõe ao partido de quadros marxistas profissionais. Trata-se de um partido frouxo, que reúne militantes e não militantes, "marxistas" e não marxistas, "trotsquistas" e ex-estalinistas, ativistas e diletantes. Na verdade, a CS não está fazendo uma grande transformação na sua forma organizativa anterior, pois sempre se caracterizou por uma organização de burocratas bem treinados na cúpula e de uma base ativista desinformada do marxismo. No entanto, é preciso reconhecer um retrocesso ao assumir o partido de filiação e nucleação, resultante da fusão de posições distintas.

O programa contra a fome lançado recentemente pelo PSTU demonstra sua natureza democrático eleitoral esquerdista. Volta-se inteiramente para o objetivo da campanha eleitoral de 1994, tendo a candidatura de Lula como eixo de suas preocupações. As bandeiras de eleições gerais e dissolução do Congresso corrupto para resolver a crise colocam o PSTU atado à via democrático-burguesa. A estratégia do governo dos trabalhadores expressa o conteúdo democratizante de sua política, o que contraria a colocação da necessidade da revolução socialista.



PCdoB: A tática da unidade progressista

A reunião do Comitê Central do PCdoB, recentemente realizada em Brasília, "conclama à unidade das forças progressistas para ajudar o povo a ir compreendendo a exigência de soluções em profundidade" (Boletim SP-n.47). A tática estalinista da unidade das forças progressistas objetiva lançar candidaturas para as eleições de 1994.

De fato, o PCdoB está a todo vapor com sua campanha de filiação e de realização de convenções para fortalecer eleitoralmente o partido. Os progressistas citados são: PT, PDT, PSB, PCB, PV, PSTU, mais as entidades da sociedade civil e os setores nacionalistas.

Como observamos, o PCdoB restringiu o número de partidos considerados progressistas. Até pouco tempo o PSDB ou parte do PMDB entravam no rol de tal qualificação. Isto, entretanto, não modifica a essência da política estalinista, que é a da constituição de frentes populares eleitorais, verdadeiros aparelhos de colaboração com partidos burgueses, adaptados às regras do Estado capitalista.

Não há nenhuma novidade em tal política. Logo no início do governo Itamar, o PCdoB o apoiou ostensivamente, falsificando com a caracterização de governo progressista. A oposição atual ao governo reacionário (pró-imperialista e anti-popular) não passa dos limites do Congresso corrompido e da tática legal parlamentarista. Os estalinistas, que imprópriamente conservam o nome de comunistas, não são mais do que democratas pequeno-burgueses. Não é por acaso que os chamados progressistas, que vão do PT ao esquerdista eleitoreiro PSTU, também não fazem oposição revolucionária ao governo Itamar, senão aquela permitida pelas regras do jogo do Estado burguês.

Até ontem, o PDT e o PSB mantinham ministros no governo de coalizão de Itamar. O PT se coloca como avalista da estabilidade política do regime em decomposição, amordaçando a CUT e as lutas populares. O mais radical da unidade progressista, o PSTU, vê nas eleições gerais a via de contornar a profunda crise alimentada pelos escândalos de corrupção da Comissão de Orçamento. Neste caso, o Sr. Miro Teixeira, conhecido pelo seu reacionarismo, também está no campo progressista, defendendo antecipação de eleições. Este tipo de frente em defesa da Constituição, segundo o PCdoB ameaçada de golpe pelos revisionistas, e da de-

mocracia serve para proteger o Estado em desagregação. O PCdoB defende a mesma estratégia da social-democracia petista, tão criticada por João Amazonas há alguns anos atrás. Ou seja, a da democratização do Estado capitalista.

O Boletim nº 47, ao defender a unidade progressista, diz: "Na essência, porém, moralizar é exigir maior democratização da vida política, sobretudo do Congresso, como modo de deixar prevalecer a voz do povo na condução dos problemas da nação". Está aí a negação cristalina da caracterização marxista de que jamais o Congresso burguês, principalmente na época da putrefação do imperialismo, poderá ser um instrumento "da voz do povo na condução dos problemas da nação".

O trotsquismo desde sempre explicou que o estalinismo é a negação da estratégia da ditadura do proletariado. Mil vezes isso foi demonstrado. Agora, mais uma vez. Da estratégia social-democrata de democratização do Estado, afinal de contas o Congresso é parte dele, sai a tática eleitoreira, que assume a forma da chamada unidade progressista.

No mesmo Boletim, explicando deformadamente o problema da corrupção, se conclui: "A unidade das forças progressistas será a garantia de, em tais circunstâncias, sem precipitações, fazer prevalecer rumos favorecedores de saídas democráticas e nacionais, entre elas a realização de eleições gerais verdadeiramente democráticas, capazes de representarem uma alternativa efetiva à orientação imposta pelas elites". Os estalinistas assim se mostram cretinistas parlamentares, como qualificava Lenin aos reformistas.

Por uma frente de luta

O que está colocado para o proletariado é romper a paralisia imposta pela política eleitoral reformista da burocracia sindical. O governo tem aproveitado a conjuntura de desemprego massivo e a colaboração dos reformistas para golpear a vida das massas.

Através do mecanismo inflacionário, se tem expropriado parte dos salários. Os reformistas, que tanto barulho fizeram em torno do reajuste de 100% da inflação passada, logo se calaram com a aprovação do redutor de 10%. Ocorreu que tal barulho não passou do plenário do Congresso Nacional. Em nenhum momento os defensores dos 100% colocaram a CUT e os sindicatos

como canais de ação de massa, para confrontar o parlamento anti-popular.

Os defensores das frentes democráticas, da unidade com os progressistas e das frentes populares têm horror à ação unitária das massas em luta contra o Estado. O método da luta de classes, que pressupõe a luta direta, a organização independente e a unidade dos explorados, é rechaçado pelos burocratas. Em contraposição, os reformistas e estalinistas levantam a bandeira de unidade eleitoral dos chamados partidos progressistas, cuja função é de levantar uma muralha contra a independência de classe.

A tal frente progressista do PCdoB, num momento em que o Congresso se dilacera em denúncias de corrupção e que o governo lança um pacote econômico confiscatório de salário, objetiva assegurar a estabilidade da democracia burguesa. O que quer dizer evitar a todo custo a intervenção do proletariado na crise burguesa através de suas reivindicações próprias e de seu método de combate de classe.

Ao contrário, o POR chama os reformistas a romperem com esta política de paralisia da CUT e se colocarem por uma frente de luta de massa contra o governo antinacional e anti-popular e o conjunto das instituições burguesas em decadência.

Nada de frente progressista eleitoreira!

Por uma frente de massa, baseada numa campanha nacional de luta!

Nacional



Resistência dos sem-teto no sul mantém ocupação.

No último dia 23/11, a polícia militar tentou realizar a desocupação de um conjunto de prédios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Mais de mil pessoas estavam nos blocos desde 1987. Com a ordem judicial, a tropa de choque foi encarregada de expulsar os moradores. Mas os ocupantes prepararam a resistência e enfrentaram o choque durante horas a fio. O governador, constatando a dificuldade da operação, decidiu suspender a desocupação e retirou a tropa de choque da área.

Os sem-teto já deixaram pacificamente muitas áreas por todo o país na década de 80. Aprenderam com sua experiência a necessidade de resistir às desocupações para conquistarem efetivamente a terra. Por isso nos últimos anos passaram a utilizar-se da resistência física à repressão. Apesar de terem sofrido com assassinatos de alguns membros pela truculência da tropa de choque, têm conquistado terras.

As direções do movimento, na maioria da igreja, do PT ou do PCdoB, têm se esforçado para tornar a resistência pacífica. Mas a violência policial mostra cada vez mais a necessidade de resistir de fato. Em Getulina, apesar da orientação de não violência das direções,

houve enfrentamentos isolados, que chegaram a colocar a cavalaria em fuga. Mas a falta de armamentos facilitou a retirada pela PM.

A auto-defesa é defendida pelos marxistas porque coloca para as massas a necessidade de se defenderem da repressão policial militar da burguesia que, seja num estado ditatorial ou democrático, utiliza-se dos mecanismos de repressão para garantir seu domínio sobre os meios de produção (incluída a terra) e sua ditadura de classe. A experiência com a auto-defesa permitirá, com o tempo, a elevação da consciência do movimento para um nível de luta pela derrubada do poder burguês e construção do Estado Operário.

Nacional

Quem deve julgar a CUT?

A aprovação de uma CPI da CUT para investigar o dinheiro que vem do exterior e o que é desviado dos sindicatos e da Central para os partidos políticos, principalmente o PT, é um ataque da burguesia às organizações sindicais e à liberdade sindical. Todos sabem que a CUT recebe mesmo dinheiro do exterior, principalmente da social-democracia européia e da CIOLS, controlada pelo imperialismo. É explícito que os sindicatos e a CUT apóiam materialmente candidatos em eleições. Mas quem deve julgar a corrupção política e econômica da burocracia reformista são os trabalhadores, que sustentam as organizações sindicais, não a burguesia e suas instituições.

A corrupção econômica acompanha a corrupção política, uma não anda sem a outra. Quando a CUT pega dinheiro no exterior não é a troca de nada. A Central é submetida à política da social-democracia de colaboração de classe e atua segundo ela, e não segundo a vontade dos assalariados que sustentam os sindicatos e a CUT. Isso tem levado a Central à paralisia, e os sindicatos, controlados pelo reformismo, a conterem a generalização das lutas. E se não fizerem assim, não vão receber mais dólares do exterior. E as organizações sindicais a aplicarem a política do reformismo, que hoje se reflete na contenção das lutas para não aumentar a instabilidade política no país.

As organizações sindicais, assim como as outras organizações de massa, precisam ser independentes política e economicamente. Devem sustentar-se somente com a contribuição espontânea dos trabalhadores e devem agir segundo as resoluções das assembleias ou congressos. Se qualquer uma das coisas não ocorre, o que acontece é a corrupção e o distanciamento da organização da base. Quando a organização recebe dinheiro de uma corrente política ou dá dinheiro para ela, passa a agir de acordo com os interesses da mesma, e não com os dos trabalhadores. Por isso devemos condenar qualquer tipo de relação desse tipo entre CUT e sindicatos com os partidos.

A corrupção das organizações sindicais é

própria das correntes burguesas ou pequeno burguesas. Ao não combaterem pela destruição do regime político, submetem-se a ele e acabam sucumbindo às pressões e corrompendo-se. Como enxergam no jogo eleitoral a via de democratização do estado e da economia, sua política é a da conciliação de classes e seu método é o da participação nas eleições, que é determinado pelo poder econômico e pela corrupção eleitoral.

A única forma de exercer a real independência de classe nos sindicatos é através de uma política de independência de classe. Numa sociedade dividida em classes em luta como a nossa, essa política se traduz na ação direta, na luta contra a burguesia e seu estado. Essa política só pode ser levada adiante pela militância revolucionária. Por isso é fundamental construir as frações revolucionárias em todos os sindicatos, para varrer com a burocracia corrupta e restaurar a democracia operária.

Reconhece-se o desvio de dinheiro para as campanhas eleitorais e correntes políticas. O dinheiro provém do trabalho da classe. Por isso é a classe quem deve julgar, não a burguesia e suas instituições corrompidas. No caso da corrupção burguesa, também defendemos que quem deve julgar são os trabalhadores e não o congresso. E por quê? Porque o dinheiro que é desviado pelos parlamentares e políticos corruptos também é produto do trabalho e é quem produz a riqueza que tem o direito de julgar aqueles que se apropriaram do fruto de seu trabalho. Os tribunais populares devem ser instrumentos de ação da classe contra a burguesia exploradora.

Por isso criticamos o presidente da CUT que, quando soube da CPI da CUT foi correndo ao congresso entregar os livros de contabilidade da central. A prestação de contas é negada aos trabalhadores, mas é entregue à burguesia. É isso o que faz a burocracia corrompida até a medula.

Colocamo-nos contra a CPI da CUT e defendemos assembleias em todos os sindicatos para julgar a corrupção da burocracia.



Fleury impõe mais arrocho ao magistério

O governo concedeu 18,50%, correspondente a 55% da variação do ICMS de outubro, ao professorado. Isso fez parte da contra-proposta apresentada por Fleury para pôr fim à greve de 79 dias. A suspensão da greve foi motivada por uma expectativa de reajuste, nos meses de novembro e dezembro, igual ou pouco coisa abaixo da inflação. Os defensores do término da longa greve diziam que nos meses finais a arrecadação do ICMS era alta e, portanto, havia possibilidade de se obter um reajuste parecido com a inflação mensal.

A diretoria da Apeoesp chegou a demonstrar, através de dados de anos anteriores de arrecadação de ICMS, que o professorado poderia chegar a ter reajuste de 35%. O atrelamento do reajuste à arrecadação de imposto foi a grande jogada do governo corrupto de Fleury. Não há controle do mesmo, os grandes empresários sonham e há isenções para o grande capital ligado às Câmaras Setoriais. Eis porque a Corrente Proletária na Educação denunciou esse acordo miserável de suspensão da greve.

O governo habilmente divide o funcionalismo com reajustes diferenciados. Nesse mês concedeu para a maioria dos servidores públicos 25%, com exceção dos delegados e oficiais da polícia militar que tiveram 68,82%. É do feitio desse governo truculento oferecer sempre mais para os altos escalões da polícia em detrimento da miséria do restante do funcionalismo. O índice de 18,50% ao magistério fez parte da punição aos grevistas, ou seja, o governo deu o índice mais baixo para o magistério como se fosse uma lição para o funcionalismo.

Uma greve de resistência e radicalizada, que tinha todas as condições para impor as reivindicações, acabou sendo traída pelas propostas distracionistas da diretoria da Apeoesp. Esta se colocou contra enfrentar o governo no Palácio e resistir à saída da ocupação da Assembléia Legislativa. O professorado ludibriado pelos argumentos de Rosiver Pavan (Secretária da CUT Nacional) de que a proposta do governo não era boa, mas era a melhor até o momento e

que não era possível arrancar mais, votou pelo fim da greve. Agora, já se amarga, nas escolas, o erro da suspensão do movimento grevista.

A avaliação da greve servirá para politizar a classe e combater as propostas traidoras da diretoria da Apeoesp. É desde agora que devemos preparar a campanha salarial do próximo ano. Certamente, para arrancar qualquer reivindicação dependerá de muita luta e organização. Por isso, nada de apostar novamente nas negociações com os empresários (a campanha Educação no centro das atenções) como quer ativar a diretoria. É preciso organizar o magistério para uma greve mais radicalizada e unitária.

Educação

Têxteis-SP

Vicunha I se coloca contra o assistencial

Após o término da campanha salarial, os companheiros da Vicunha I iniciaram um movimento contra o desconto da taxa assistencial. Segundo o acordo coletivo, descontarão 10% do salário em dezembro e 6% em junho.

Os operários fizeram um abaixo-assinado, com mais de 800 assinaturas, registraram em cartório e o levaram à Delegacia Regional do Trabalho. O delegado deu parecer favorável ao não pagamento da taxa assistencial.

A partir daí a empresa tentou, de todas as formas, descobrir quem iniciou o movimento e, para isso, se aliou com a diretoria traidora do sindicato, com a finalidade de impedir a vitória do movimento.

Quando a Oposição tomou conhecimento da situação, procurou impulsionar a mobilização e ampliar o movimento para as outras fábricas. A unidade da luta é fundamental para derrotar os pelegos e os patrões.

Agora, a empresa insiste no desconto assistencial. Mas os operários estão dispostos a não entregar o seu suado dinheiro aos come-dorme da diretoria do sindicato. A Oposição lutará para manter a mobilização e tirá-la do limite restrito da Vicunha I. O movimento poderá avançar se ganhar a adesão dos companheiros de outras fábricas, pois aumentará a pressão sobre os patrões e a diretoria vendida do sindicato.

Porque somos contra o assistencial

A Oposição "Texteis da CUT", em seu programa, coloca uma preocupação com a manutenção financeira do sindicato. Isto porque a maioria das diretorias sin-

dicais é parasita, vive às custas do dinheiro dos trabalhadores. Defendemos que quem deve manter financeiramente o sindicato são os próprios operários. Para isso, tem que haver a mais ampla democracia operária, ou seja, quem controla o dinheiro e todos os gastos do sindicato é a assembléia geral.

Porém, no nosso sindicato a diretoria é pelega e impede essa democracia. As assembléias são controladas pelos bate-paus dos diretores sindicais. Os pelegos usam o dinheiro do trabalhador para manter as regalias. Para eles o sindicato não passa de um emprego, onde há todas as mordomias.

A categoria está muito revoltada com essa pelegada. O sindicato não consegue novos sócios. Para suprir a falta de dinheiro, a diretoria utiliza essa manobra de taxa assistencial e mantém o sindicato como um mero posto de atendimento, como os patrões querem.

É por isso que não vamos mais engordar as finanças do sindicato, porque já sabemos que o dinheiro irá para os bolsos dos pelegos. Vamos lutar pela democracia operária e transformar o sindicato em organismo de luta. Chega de ser usado como cabide de emprego para pelegos.



Movimento Operário

Belo Horizonte

Foi realizado, no final de novembro e início de dezembro, o Congresso Nacional dos Servidores Federais. A T.POR lançou um Manifesto, que reproduzimos logo abaixo:

Manifesto da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário ao Congresso Nacional dos Servidores Federais

Aos delegados

Esse Congresso tem como tarefa aprovar um Plano de Lutas e o método de ação para arrancar do governo as reivindicações elementares da classe. Para isso, é fundamental analisar a profunda crise em que estamos vivendo e, a partir daí, levantar as bandeiras de luta capazes de mobilizar os funcionários públicos, na perspectiva da unidade com o conjunto dos trabalhadores.

1. O governo anuncia mais um pacote econômico. Esse, como todos os outros, atacará duramente as massas já famintas. Promete aumentar os impostos, reduzir o repasse de verbas para os Estados e Municípios, cortar as minguadas verbas para os serviços públicos, atingindo todo o funcionalismo, etc. É a continuidade dos planos neoliberais, que têm como centro a desestatização da economia, a redução drástica de recursos destinados à saúde e educação públicas. É uma imposição dos países imperialistas, através do FMI, para que o Brasil possa pagar a volumosa dívida externa. O novo pacote econômico vem no sentido de acelerar as mudanças previstas na Revisão Constitucional.

2. É bom lembrar que uma das exigências do FMI no acordo feito com o governo em 1991 é a Revisão Constitucional. A meta é privatizar a Petrobrás, abrir totalmente a exploração de minérios ao capital estrangeiro, aumentar os impostos, acabar com a estabilidade do funcionalismo, pôr fim à Previdência estatal, reduzir as verbas aos serviços

públicos, etc. O que se arma no Congresso Nacional com a Revisão Constitucional é o aumento da opressão nacional e social. A forma de enfrentar a Revisão é a mobilização nacional em defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores, como salário mínimo real, estabilidade, reajustes automáticos de acordo com a inflação, emprego a todos, terra aos camponeses pobres e moradia aos sem-teto. A via de bloquear essa manobra pró-imperialista é a da ação direta das massas para enfrentar o governo, os partidos burgueses e o Congresso corrupto.

3. As denúncias de corrupção na Comissão de Orçamento feitas pela CPI revelam que não se trata de um ato isolado de um ou outro parlamentar. Ao contrário, a corrupção da burguesia como classe é um fenômeno social, que penetra em todos os poros do aparato estatal. Ela é inerente ao regime de exploração do trabalho e vem à tona com o agravamento da crise econômica capitalista. Ou seja, nos momentos em que a economia está estável, as frações burguesas encobrem-se umas às outras e escondem a corrupção. Porém, quando a recessão impera, essas camarilhas utilizam as denúncias como elemento de barganha e de disputa no poder do Estado. Portanto, a corrupção que domina em todos os níveis da sociedade atual e também em escala internacional é uma das consequências da decomposição do regime burguês. É, por isso, que não devemos ter nenhuma ilusão na CPI, pois não passa de uma manobra para punir alguns deputados. Não irá investigar a fundo, pois direta ou indiretamente todos estão envolvidos nesse lamaçal. Quem de fato poderá pôr fim a imoralidade, roubo, suborno, etc são os trabalhadores e não as CPIs montadas pela burguesia para manter-se como classe opressora. O POR chama as correntes políticas (PSTU-CS, O Trabalho, etc), os sindicatos e a CUT a romperem com essa farsa e organizarem os Tribunais Populares. Os Tribunais Populares têm a função de separar os trabalhadores da política burguesa e dos reformistas (PT, PCdoB), que apostam na "CPI prá valer", "CPI democrática" etc e colocar em suas mãos a tarefa de punir e julgar a corrupção.

4. É nesse quadro de profunda instabilidade política do regime burguês que o POR se opõe às bandeiras de eleições gerais, dissolução do Congresso Nacional, CPIs dos próprios corruptos, etc como via de solução dos graves problemas nacionais. Isto porque buscam no próprio Parlamento, nos marcos das leis burguesas, nos poderes corrompidos e nas eleições fraudulentas a resolução da fome e da miséria de milhões e milhões de trabalhadores. Na verdade, querem

empurrar os oprimidos nas armadilhas do Estado e do regime capitalista que se desmorona. A tarefa de pôr fim aos planos do FMI e erradicar a opressão nacional e social está nas mãos da classe operária, dirigente da maioria oprimida. Por isso, não podemos criar nenhuma ilusão na democracia burguesa. Defender hoje as eleições gerais significa colocar para a burguesia apodrecida o destino das massas, porque estas sempre estarão sob o controle do poder econômico e dos partidos patronais. O Congresso dos Servidores deve rejeitar a tese das eleições como meio de solução da crise social e de combate à corrupção. Este Congresso não pode servir de instrumento para o eleitoralismo reformista. Ao contrário disso deve cumprir o objetivo de organizar o movimento independente dos explorados contra o governo, o Congresso corrompido e a burguesia. A maneira de fazer isso é aprovar um Plano de luta antiimperialista e anticapitalista. O POR defende a ação direta dos oprimidos na perspectiva de destruir o regime de exploração do trabalho. É desde já que preparamos as condições para a Revolução Proletária e a instauração do governo operário e camponês.

5. A burocracia sindical reformista (direção majoritária da CUT) e direitista (Força Sindical) está impondo a paralisação dos trabalhadores. O governo, com a ajuda da burocracia, tem conseguido amortecer a tendência de luta das massas e, com isso, decretar os pacotes antinacionais e antipopulares. Diante do brutal desemprego, do miserável salário mínimo, alto custo de vida, crescente número de sem-teto e sem-terra, as direções sindicais abandonam os métodos próprios da classe operária (greves, ocupações) e se enveredam nas negociatas no Parlamento e nas Câmaras Setoriais. Nesse sentido, é fundamental que esse Congresso dos Servidores Federais rejeite essa política traidora da burocracia e aprove o caminho correto da luta. Não há outro meio para enfrentar a miséria senão a ação direta. Chamamos os delegados a aprovar a Campanha Nacional de Luta em defesa das reivindicações elementares, contra a Revisão Constitucional, os planos neoliberais de entrega da economia nacional e a farsa da CPI da corrupção.

Por uma Campanha Nacional de Luta
Por uma Plataforma antiimperialista e anticapitalista

Responder à corrupção, formando os Tribunais Populares

Pela independência de classe e pela luta direta das massas

Pela rejeição à linha eleitoralista e democrático-burguesa

29/11/93.

Nacional



Em defesa da ocupação com resistência

Reproduziremos abaixo os acontecimentos que marcaram a ocupação e a resistência da Vila Socialista. Foi exatamente em dezembro de 1990 que a tropa de choque do governo Quércia, com a conivência do prefeito de Diadema (José Augusto), investiu contra os sem-teto, matando dois trabalhadores: Noraldino Lima e Nilton Frazão e ferindo vários ocupantes, entre eles Manoel Boni. A repercussão da violência da polícia e heróica resistência dos 1200 ocupantes foram acompanhados a nível nacional e internacional. O POR lançou, na época, um Jornal especial: "Defendamos a Vila Socialista Resistir até o fim!", explicando a fundo os acontecimentos. É dele que extraímos alguns elementos, que permanecem vivos na luta ainda presente dos ocupantes da Vila Socialista.

1. "Caíram as máscaras de Fleury e Quércia

A ocupação da Vila Socialista ocorreu no período eleitoral. É certo que Quércia e Fleury previam o uso da violência na desocupação do terreno, porque defendem a propriedade privada por princípio. Mas precisavam esconder da população (eleitores) o caráter policial dos governos e do próprio Estado burguês. Para isso, usaram da demagogia.

Assim, diante das necessidades eleitorais, Fleury chegou a se comprometer com a desapropriação do terreno e manobrou jogando a questão para depois do 2. turno. Apurados os votos e vencido o embate eleitoral, colocou-se a desapropriação do terreno.

Fleury se fez de impotente, alegando que ainda não havia tomado posse e nada podia fazer. Entretanto, não deixou de defender a reintegração de posse, o cumprimento ainda que violento da sentença judicial.

O governo do PMDB, como um governo da burguesia, tinha como real interesse não a solução do problema das famílias desabrigadas, mas a reintegração da propriedade do parasita capitalista. Então, se durante a campanha eleitoral vestiu-se da máscara de humanitário, na desocupação mostrou sua verdadeira face de ditadura de classe burguesa.

2. Ocupação e auto-defesa

Os ocupantes da Vila Socialista deliberaram por resistir à invasão policial de forma coletiva. Isso só foi possível após inúmeras experiências de despejo, não só em Diadema, mas também em outras regiões de S.P. Especialmente o ocorrido no confronto do Buraco do Gazuza foi uma grande lição.

A atitude pacífica e passiva frente à tropa de choque em todas as ocasiões resultou em violência policial, expulsão dos sem-teto e humilhação.

A ocupação, por si só, é uma tomada de força contra os capitalistas e as leis de proteção da propriedade. E, como

dissemos, trata-se de legítima defesa da vida dos sem-teto.

Por isso mesmo, não basta ocupar, é preciso resistir através da auto-defesa de massa, embora contra o corpo de repressão profissional. Será por esse caminho que os trabalhadores evoluirão na sua capacidade de lutar, resistir e avançar.

3. José Augusto (prefeito petista) contra os sem-teto

Desde o início do movimento, uma das principais reivindicações dos moradores era a expropriação da área e, para isso, os moradores foram inicialmente negociar com o prefeito José Augusto. Este logo afirmou a impossibilidade de fazer qualquer coisa, pois a prefeitura estava sem dinheiro.

Esta posição mostra claramente a defesa dos prefeito petista da propriedade privada, pois o pagamento da terra, se expropriada, seria pelo valor venal da terra, parcelado com prazo de carência de dois anos.

O seu cinismo chega a ser grosseiro, pois a prefeitura desapropriou uma parte daquela mesma área para que fosse construída uma grande área esportiva.

Mas a verdade, cedo ou tarde, aparece. Em uma discussão entre representantes da prefeitura e do governo, no dia 6/11/90, sobre a desapropriação da área, chegaram a um ponto comum: Não podiam fazê-la para não abrir um precedente.

Isso significa que ambos tinham o poder de resolver o problema e evitar o massacre. Assim se demonstra, na prática, a farsa do caráter democrático e popular do PT, que, antes de servir à luta da classe operária, não passa de um auxiliar da burguesia.

4. A visão pacifista e a violência reacionária do Estado

A tragédia de classe da Vila Socialista sensibilizou muita gente, a ponto das divergências quanto aos métodos de luta não impedirem o apoio dos pacifistas, parlamentaristas e eleitores, principalmente do PT. Um exemplo é o do senador Suplicy que se colocou prontamente em defesa do movimento dos sem-teto e se comprometeu exigir de Fleury/Quércia a entrega da Vila Socialista às 1200 famílias que sofreram o ataque.

Entretanto, o senador não deixou de expressar na imprensa seu ponto de vista contrário ao da T.POR e do movimento. Ao mesmo tempo que rechaçou a violência policial, condenou a resistência, considerando-a obra de radicais.

Uma análise um pouco objetiva e desprendida do pacifismo pequeno-burguês logo veria que não se pode condenar a polícia e a auto-defesa popular ao mesmo tempo.

A razão está em que a auto-defesa

é apenas consequência do Estado policial e da ditadura da classe burguesa, que, para disciplinar as massas oprimidas, necessita da violência reacionária. A contraposição da auto-defesa popular, que poderia inclusive ter matado policiais, é uma violência progressiva (não reacionária), porque responde ao imperativo da defesa da vida das massas.

A violência da tropa de choque está a serviço do proprietário cheio de vida e saúde e a resposta dos sem-teto a serviço de uma causa coletiva da classe produtora. Por outro lado, coloca os sem-teto a mercê da ação despótica do Estado e da política demagógica eleitoral de solução dos problemas sociais pela via parlamentar". (Jornal Massas Especial)

Vila Socialista: Três anos depois

A resistência coletiva teve como resultado a conquista de uma outra área, onde se instalou a Vila Socialista. Foi sem dúvida uma vitória parcial contra o governo repressor, mas muito significativa pelo fato de resultar do combate do sem-teto. Como não poderia deixar de ser, o governo Fleury não cumpriu o acordo de instalar todos os ocupantes e rapidamente construir as moradias. Os sem-teto desde o início sabiam da falcatrua governamental da "chamada casas populares".

A maioria era favorável a que eles próprios construíssem suas moradias sem depender "da vontade" do governo burguês. Até hoje a luta continua para que o governo construa definitivamente as moradias, no lugar dos infames barracões em que foram confinados os sem-teto nesses três anos de espera da solução.

A lição que tiramos desta luta é a de que a derrota dos explora-

Denúncia



dores depende não só da resistência isolada, mas fundamentalmente da unidade dos movimentos populares pela moradia e de seu vínculo direto com o movimento operário. No capi-

talismo, sempre uma parcela dos trabalhadores será tão sacrificada a ponto de não ter o acesso elementar à moradia, saúde e educação. Por isso, a luta em defesa das condições

elementares dos oprimidos deve se voltar para a destruição do capitalismo e construção do socialismo, onde se acabará com a exploração de classe.

Vila Socialista vai ao governo exigir moradia

No último dia 08/12, vários ônibus com moradores da Vila Socialista foram até o Palácio dos Bandeirantes exigir uma solução para as precárias condições de moradia que estão vivendo e ampliação do direito de moradia para todos, já que o governo estava com posição de conceder apenas a uma parte dos sem-teto o direito a adquirir moradia. Há mais de dois anos estão morando

em galpões de madeira, aguardando a construção de um conjunto habitacional na nova área em Diadema.

O secretário Michel Temer os recebeu e colocou que acelerará a construção das obras para que os sem teto possam morar dignamente.

A resistência dos moradores da Vila Socialista é um exemplo a ser seguido na luta pela terra e moradia no país. Reproduzimos abaixo panfleto distribuído no aniversário da desocupação.

Vila Socialista: 3 anos de massacre!

Chega de violência contra os sem-teto!
Pela entrega imediata dos apartamentos!
Pelo contrato detalhado aprovado em nossa assembleia!

Nenhuma marginalização:
Direito à moradia aos solteiros, idosos e desempregados!

Pela iluminação pública da área!
Fora com a empresa de insegurança!
Que todos os ex-ocupantes de Vila Socialista tenham direito aos apartamentos!

Todos à caravana de protesto neste dia 08 de dezembro (quarta-feira - feriado municipal)!

Saída dos ônibus dos alojamentos: 8:30 h

Destino: palácio do Governador Fleury.

Pedimos o apoio de todos!

Participem! Ajudem-nos a enfrentar o massa
Corremos risco de vida nos alojamentos enferrujados

**Moradores da Vila Socialista
Associação da Região Oeste**

Conseqüências do TLC

O NAFTA no favorece o conjunto dos Estados Unidos, mas unicamente a parte mais poderosa da burguesia imperialista e prejudica o resto do país. O líder da AFL-CIO assinou que se trata de um "golpe duríssimo e uma derrota para milhões de trabalhadores dos Estados Unidos". Entretanto, com o mesmo cinismo que Clinton, R. Eaton, presidente da Cooperación Chrysler (uma das mais poderosas empresas automobilísticas yanquis) assinou que "o medo ao protecionismo ficou no passado com o voto de ratificação a TLC". Concluiu que: "Agora é o momento de competir com qualidade e produtividade no novo mundo do comércio livre e justo. Este histórico tratado abre o mercado mexicano para os automóveis de minha empresa e isto significa melhores e mais trabalhos nos EEUU".

O presidente da Câmara de Comércio dos Estados Unidos assinou, por outro lado, que "esta é uma vitória para a América Latina e para os 50 Estados do país. O presidente Bill Clinton, e o vice-presidente Albert Gore, merecem ser felicitados pela aprovação do TLC, porque garantirá o futuro econômico dos Estados Unidos pelo menos durante um século". Num bom romance isto quer dizer que o imperialismo dominará o mundo pelo menos por mais 100 anos.

Alguns representantes "progressistas" do imperialismo retrógrado têm lançado uma voz de alento para seus pequenos lacaios: "Está assegurado o futuro não só dos Estados Unidos, mas também da América Latina, porque juntos serão uma potência comercial; e se conservará o meio ambiente e se criará empregos duradouros e bem pagos para os trabalhadores norte-americanos".

O governo burguês latinoamericano - desejoso de ver aumentada a esmola que os joga o seu amolado imediatamente se mobilizaram para somar-se ao TLC, que imediatamente incluirá o México. Diz-se que o Chile, por sua industrialização modernizada, pode ser admitido. Os que lançaram medidas protecionistas, para poder defender-se da invasão econômica externa, não terão mais arremedo que retroceder. A totalmente isolada Cuba, como consequência do avanço da economia de mercado, concluirá selando seu futuro em seu submetimento ao TLC. Na Bolívia, Goni-Patino busca apoiar-se econômica e politicamente no NAFTA, ratificando assim sua condição de pro-imperialista e sua missão de converter o país em fazenda dos gringos. Não é casualidade que os "esquerdistas" direitizados e essa expressão do absurdo e o vazão que é o condeísmo endogenista,

também apareçam aliados por do suposto golpe mestre do imperialismo que nos oprime em maior medida. No Chile, o líder da também é TELECANALHA. A bracia cobista com certeza marca atrás da "política revolucionária chinista".

O quanto facilmente tem escido os "marxistas" a conclusão Lenin no sentido de que nossa é o mundo está dividido entre na opressoras (imperialismo) e na oprimidas (semicolônias). O forçamento da metrópole opressora nifica maior opressão e exploração dos países atrasados, que têm concluir custeando o pagamento das conseqüências da crise econômica capitalista dos Estados Unidos e sua marcha ousada para a afirmação de sua liderança mundial.

O livrecambismo internacional e sem atenuantes prejudicará riamente a economia dos países latinoamericanos, que unicamente podem defender sua produção e potenciá-la em todos aspectos com a ajuda de medidas protecionistas. Agudizada a guerra econômica entre Estados Unidos e Europa pode projetar-se para a guerra.

(Extraído do Jornal Massas
Iviano - nº 1360)

Denúncia



Internacional

Alemanha

Recebemos do Centro de Documentação de Berlim um relato da situação da ex-RDA. Este mostra o aprofundamento da crise econômica e social causado pela unificação e restauração capitalista. Essa é a prova que a unificação não serviu para o desenvolvimento das forças produtivas no leste, mas sim para reconcentrar mercados e capitais nas mãos dos grupos imperialistas mais poderosos às custas da destruição massiva da economia estatizada.

Política Social e empobrecimento urbano

Depois do desaparecimento do muro, em 1989, começou-se a experimentar, primeiro na ex-RDA, o fim de garantias sociais. Assim tem sido, até agora, regiões inteiras desindustrializadas e empurradas ao empobrecimento: as diferenças de renda regionais são hoje dentro da Alemanha tão grandes como na totalidade da Comunidade. Conseqüentemente, se aplica atualmente a mesma estratégia desreguladora da "rica" Alemanha Ocidental.

Antes existiam transferências compensatórias entre municípios, regiões e estado. Pesada carga tributária, endividamentos, inversão pública e níveis de pobreza eram redistribuídos homogênea e entre as regiões da Alemanha. Atualmente, pelo contrário, estão originando impunemente zonas de miséria junto a outras de riqueza crescente. A exploração econômica se dobra hoje de uma redistribuição da riqueza pública em detrimento dos empobrecidos.

Nos últimos dois anos cresceu enormemente o número de mendigos e dos sem-teto: as estatísticas registram um milhão de pessoas sem casa, 200 mil passam cruamente a noite na rua. Em Berlim, são 16 mil nesta situação. Do total dos sem casa, 4/5 estão acolhidos provisoriamente em asilos municipais ou em pensões, residências e instituições. Geralmente, a pessoa perde seu domicílio e acaba na rua como conseqüência da falta de trabalho e da explosão dos aluguéis. Não são só homens, mas também famílias inteiras e pessoas jovens que são as atingidas pela falta de moradia.

Diante dessa situação, partes importantes dos custos sociais crescentes estão sendo descarregados pelo estado federal nas costas dos municípios: a construção de moradias sociais era antes financiada pelo estado; hoje se deixa de construir. Os subsídios ao aluguel, que permitem a muitos inquilinos, diante dos aluguéis exorbitantes, apenas se desafa-

rem, saem das caixas municipais. O subsídio e a ajuda a desempregos são pagamentos estatais; mas o último programa de socorro limita temporariamente a ajuda com a obrigação de que os afetados terão que pedir sucessivamente subsídios sociais na contados municípios. Destemodo, o estado utiliza a pobreza e o subemprego para provocar a deterioração setorial urbana. Por outro lado, a riqueza se reorganiza nas periferias metropolitanas. Correlativamente, pioram ou desaparecem serviços públicos e semipúblicos, via privatização ou medidas de socorro e reaparecem como ofertas de serviços comerciais equivalentes (comunicação, cultura, transporte, educação, etc).

Quatro milhões e duzentas mil pessoas recebem atualmente ajudas econômicas à pobreza. Como conseqüência da limitação da ajuda ao desemprego, foram acrescentados 250 mil a mais. A estas quase 5 milhões de pessoas se podem incluir 50% a mais não declarados, chegando a 6,6 milhões de pessoas, que estimadamente vivem na Alemanha na pobreza. Em cidades como Munique, Hanover ou Hamburgo são pobres entre 1/5 e 1/3 de seus habitantes. Outro exemplo, o endividamento da cidade de Frankfurt cresceu entre 1981 e 1991 de 1,1 a 5,3 bilhões de marcos, enquanto que o endividamento institucional da periferia se mantinha constante, 3/4 dos ingressos tributários da cidade são feitos através de imposto sobre atividades econômicas. Mas a indústria foge há 10 anos para a periferia. Esta duplicava, assim, seus ingressos nos dez anos mencionados, enquanto Frankfurt apenas passava de 1,2 a 1,8 bilhões de marcos.

Crises e planos de ajuda conduzem ao estado de exceção social: o que se destina em ajudas econômicas e aluguel, nos programas de assistência social, vão, donde é necessária uma intervenção estatal, para os bolsos dos gerentes e admi-

nistradores da pobreza: por todos os lados nascem asilos e campos, sopas populares e assistências móveis; privado, subvencionado pelo estado. As fortunas se fazem hoje não só com a especulação monetária ou na gangsteril indústria da construção, mas também na administração da pobreza. Há bairros em que em apenas uma habitação e amontoam cinco pessoas. Muitos trabalhadores são empregados forçados convênios, recebendo míseros salários. Ruas são submetidas à lei dos vigilantes privados, que aqui vigiam aos pobres e refugiados e ali protegem aos ricos. No bairro acomodado de Grunewald, em Berlim, os proprietários de chales pagam um serviço de seguro privado de 375 marcos, 175 por um apartamento cada mês, pela proteção de sua propriedade. O roubo de carros e de cofres são os testemunhos do encargo de uma pretensa insegurança pública, mas não, por exemplo, as ajudas de seguro de enfermidade - ainda que signifiquem para cada uma centena de marco de gastos suplementares... A pobreza é o cenário em que o estado se remodela. E na Alemanha, há um processo redistributivo em alta velocidade.



Alemanha Oriental após a queda do muro

Após a queda do muro, em novembro de 1989, Alemanha do Leste mudou muito. Visível é a emigração do leste para o oeste. Desde 1989 deixaram a ex-RDA 1,3 milhões de pessoas. Muitos povoados parecem "mortos", comércios, cafés ou centros sociais fecharam. E as pessoas se vão para o oeste também das cidades e antigos centros industriais. Entre 7 a 10% da população da ex-RDA emigraram.

Apareceram também outros fenômenos massivos: meio milhão de pessoas vão e voltam diariamente - viajam frequentemente em centenas de quilômetros - do leste, onde vivem em zonas fronteiriças, ao oeste. Somente em Berlim oeste chegam diariamente 100 mil pessoas, 65 mil de automóveis ou transporte público da metade oriental, o restante, 35 mil dos arredores. Imigrantes e fronteiriços deslocam mulheres e imigrantes estrangeiros de seus postos de trabalho, em particular, os turcos e curdos.

Uma das causas é a diferença de salários: no leste continua correspondendo de 50 a 60% do valor dos salários dos ocidentais. A riqueza está no oeste. As estatísticas - que não diferenciam socialmente - indicam: Os ingressos disponíveis per-capta em 1992 eram propriamente de 14600 marcos no leste. A eles se acrescentam 11700 marcos de transferências (ajudas e subsídios diferentes) provenientes do oeste. Na Alemanha Ocidental representavam estes

mesmos ingressos fictícios 42800 marcos, dos quais se subtraem uns 3000, o valor per-capta das transferências do leste. A relação continua sendo 1 para 3 até 1 para 4, a mesma que existia antes entre os dois marcos. Só que a diferença tem hoje lugar dentro de um mercado unificado.

Outra causa é a destruição da base industrial da RDA. Em quase todos os setores da produção se reduziu a um terço desde a anexação monetária da RDA em junho de 1990. Traduzido em postos de trabalho, isto significa entre 35 e 50%. Em Março de 1993, o desemprego real era de 36,6%. Nele não se incluem as mulheres, que tiveram que voltar ao trabalho doméstico e os maiores de idade que foram enviados à inatividade prematuramente. Tampouco estão incluídos os 100 mil trabalhadores trazidos antes da RDA e que têm sido expulsos ou despedidos de seus países de origem. A derrocada econômica chegou com a unificação monetária: a equiparação dos dois marcos - 1 a 1 no lugar de 1 a 4 antes - encareceu brutalmente os produtos do leste destruindo suas perspectivas de mercado. Este, além disso, se estendia pela Europa Oriental, onde as transformações políticas e econômicas fecharam os circuitos comerciais.

O desmonte industrial não foi visível em seguida. A ex-RDA se transformou da noite para o dia em um novo mercado para os consórcios ocidentais em detrimento dos produtos orientais. Foi uma expansão consumista fugaz, financiada por ajudas. Mas, a partir do outono de 1991, as conseqüências para o leste foram visíveis. Nesse momento, se pôs em marcha a campanha racista governamental; em setembro de 1991 teve lugar os primeiros ataques em Hoyerswerda...

Os únicos setores expansivos na ex-RDA se alimentam em ganhos especulativos ou subvenções estatais. Por exemplo, seguros e crédito, construção, instalações. Poucas oficinas muito especializadas com 800, 900 empregos trabalham para um mercado amplo (aço, hightec, abastecimentos ao automóvel). A política de privatização das 13 mil empresas estatais da ex-RDA realizada pelo Treuhand está em crise. Mais de 1000 empresas não as querem ninguém, delas 50 com mais de mil assalariados. 80% das vendidas são empresas pequenas e médias.

A política da Treuhand está sendo um desmonte industrial acompanhada de subvenção de empresas condenadas, para evitar as demissões em massa. Ultimamente, começou a priorizar uma política de conservação de núcleos industriais. Nisto coincide com os desejos da direita, da socialdemocracia e dos sindicatos.

A Treuhand é um dos focos do ódio popular. Basta mencionar seu nome para provocar erupções. A pergunta que todos fazem é a do destino dos 200 bilhões de marcos que este ano estão sendo transferidos para o oeste. Talvez um repartição direta seria melhor... Um ódio semelhante desperta quase todos os instrumentos tradicionais da política social e de emprego. 1,34 milhões (15%) de pessoas estão registradas como desempregados, outros 1,7 milhões estão ocupados em sociedades semicooperativas, em medidas de requalificação e formação permanente, etc. Coloca-se aí também a questão de por que tantos mediadores de duvidosa utilidade...

As transferências do oeste para o leste se aproximam aos 200 bilhões. O saque e a apropriação no sentido contrário não são contados. Nos últimos dias da RDA se estimou que o capital socializado importava uns 1,3 bilhões de marcos. O chefe da Treuhand o estimava, meses depois, em menos da metade: uns 600 bilhões. E, no final de 1993, a Treuhand - a crédito daquele capital - terá dívidas entre 220 e 270 bilhões de marcos. Simultaneamente tem funcionado a restituição de solares, casas e instalações a antigos proprietários ou ao Estado alemão ocidental. É o revanche histórico.

Protestos, atos organizados e intentos de auto-organização tem sido sufocados. A privatização e individualização através do consumo, as campanhas de culpabilização generalizadas através das suspeitas de colaboração com a Stasi (serviço de segurança estatal da RDA), a segmentação e diferenciação de preços e salários têm impossibilitado mobilizações e lutas amplas. Dentro da Alemanha se tem reproduzido a divisão através do nível de salários, das características produtivas ou do mercado (reserva) de mão de obra. Lanchonetes, videotecas de aluguel, postos de gasolina e auto-serviços - estes símbolos da modernidade não podem esconder as diferenças.

